

§ 1.º A zona militar de Vale de Zebro é constituída pelas áreas de duas porções de terreno separadas pela estrada de Coina-Barreiro e limitadas por:

Porção 1, a oeste da estrada:

- a) A norte, pela poligonal que contorna do lado sul as propriedades de José Dias da Costa & C.ª, L.ª, e de Joaquim da Silva Ilhéu, compreende toda a cerca do Convento de Palhais, contorna do lado sul as propriedades de José Neto e de Manuel Ribeiro Úrsulo, até alcançar a estrada, que percorre para sul, na extensão de 30 m, e contorna do lado norte, oeste e sul a propriedade de José Monteiro de Vinhais, até atingir de novo a estrada;
- b) A leste, pela estrada Coina-Barreiro, numa extensão de 750 m;
- c) A sul, por uma linha perpendicular à estrada, até à linha de baixa-mar;
- d) A oeste, pela linha de baixa-mar, até à propriedade de José Dias da Costa & C.ª, L.ª

Porção 2, a leste da estrada:

- a) A norte, por uma linha perpendicular à estrada, com 114 m de extensão, contada a partir do eixo da estrada;
- b) A leste, por uma poligonal cujos vértices são definidos pelas suas distâncias à linha perpendicular à estrada que passa pelo umbral norte do portão principal de acesso à porção 1 e ao eixo da mesma estrada, respectivamente: 28 m e 114 m; 50 m e 117 m; 122 m e 175 m; 122 m e 190 m; 170 m e 174 m; 323 m e 333 m, e 756 m e 131 m;
- c) A sul, por uma linha perpendicular à estrada com 131 m de extensão, contada a partir do eixo da estrada;
- d) A oeste, pela estrada Coina-Barreiro, numa extensão de 728 m.

§ 2.º A zona confinante sujeita a servidão militar é constituída pelas faixas de 250 m e 500 m de largura determinadas, respectivamente, em toda a extensão do perímetro da área da porção 1 e da porção 2, definidas no § 1.º deste artigo.

Art. 2.º As áreas delimitadas no § 2.º do artigo anterior constituem a zona de segurança da zona militar de Vale de Zebro, e, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 2078, são proibidos naquela zona os trabalhos e actividades seguintes:

- a) Construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas, subterrâneas ou aquáticas;
- b) Alterações de qualquer forma, por meio de escavações ou aterros, do relevo e da configuração do solo;
- c) Depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos ou perigosos que possam prejudicar a segurança das instalações militares;
- d) Trabalhos de levantamento fotográfico, topográfico ou hidrográfico;
- e) Outros trabalhos ou actividades que possam inequivocamente prejudicar a segurança das instalações ou a execução das suas funções.

Art. 3.º Compete ao Ministério da Marinha, pela Superintendência dos Serviços da Armada, ouvido o Estado-Maior da Armada, a concessão das licenças a que se refere o artigo 13.º da Lei n.º 2078.

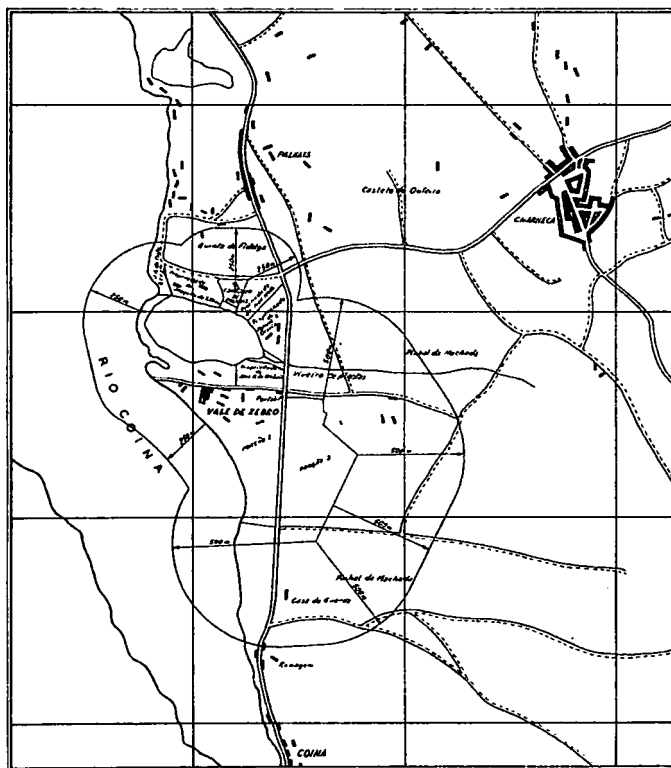
§ único. Das decisões tomadas, ao abrigo deste artigo poderão os interessados recorrer para o Ministro da Defesa Nacional.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1958. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — Antó-

nio de Oliveira Salazar — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Eduardo de Arantes e Oliveira.

Zona de servidão militar de Vale de Zebro



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que os seguintes Estados foram admitidos na Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (F. A. O.), com efeito a partir de 9 de Novembro de 1957:

Ghana;
Federação da Malaia;
Polónia.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 14 de Maio de 1958. — O Director-Geral, Ruy Teixeira Guerra.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 16 704

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar, de 27 de Junho de 1953, que se publique no *Boletim Oficial* de todas as provín-

cias ultramarinas, para nelas ter execução, a partir de 1 de Julho do corrente ano, o Decreto n.º 19 490, de 21 de Março de 1931.

Ministério do Ultramar, 16 de Maio de 1958.— O Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas.— *R. Ventura*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

II.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Agricultura, por seu despacho de 8 do corrente, autorizou, nos termos

do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Artigo 52.º «Outros encargos»:

| | |
|---|--------------|
| Do n.º 10) «Para ocorrer a todas as despesas com a instalação e manutenção de postos e campos experimentais nas obras de fomento hidroagrícola» | — 42.000\$00 |
|---|--------------|

| | |
|--|--------------|
| Para o n.º 4) «Missões de estudo e representação em reuniões internacionais» (c) | + 42.000\$00 |
|--|--------------|

(c) Por esta verba pode ser custeada a especialização de técnicos em escolas e institutos estrangeiros.

11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 13 de Maio de 1958.— O Chefe da Repartição, *Manoel Moreira da Cunha*.